

CÂMARA TEMÁTICA DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - CTPRO

Ajuda Memória 13ª reunião

Local: Prédio da Superintendência do IBAMA, 6º andar, sala 602.

Reunião realizada em 4-11-2002, das 9:30h às 12:20h.

Estiveram presentes: pelo **CNPq** (Francisco Guerra, Soraya Pinto e José Roberto Rodrigues Pinto), pelo **IBAMA** (Keila Juarez, Otávio Borges Maia e Lúcia Lima) e pelo **Ministério da Defesa** (Renato Melo). Pela Secretaria-Executiva, participaram Cristina Azevedo, da equipe técnica, Ligia Camargo, Coordenadora das Câmaras Temáticas e o técnico Inácio de Loiola.

A pauta da reunião constava de 4 itens: 1) estabelecimento de procedimentos para o credenciamento de instituição pública nacional de pesquisa e desenvolvimento ou de instituição pública federal de gestão para autorizar outra instituição nacional (pública ou privada), para acessar e remeter amostra de componente do patrimônio genético e acessar amostra de conhecimento tradicional associado; 2) a discussão sobre o escopo do acesso ao patrimônio genético; 3) o início das discussões sobre o Formulário de Solicitação de Autorização de Acesso e de Remessa, nos casos em que houver bioprospecção e 4) informes gerais sobre o andamento de outras discussões, envolvendo a Câmara e o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético — CGEN.

Inicialmente, a representante do IBAMA apresentou Otávio Maia que estará participando da Câmara e substituindo-a em algumas oportunidades. O representante do CNPq apresentou a lista dos projetos que passam pelo CNPq nos quais se detecta a possibilidade de acesso ao patrimônio genético. Esta listagem se juntará aos casos apresentados pelo IBAMA e pela equipe técnica do Conselho (Cristina Azevedo) e permitirá, a partir desta amostragem, o início da discussão sobre a determinação do limite do acesso ao patrimônio genético.

Ligia Camargo sugeriu que a discussão começasse pelo estabelecimento dos critérios para o credenciamento das instituições para autorizar terceiros a acessar e remeter amostra de componentes do patrimônio genético e a acessar amostra de conhecimento tradicional associado, a partir de uma proposta inicial de Deliberação apresentada pelo Secretário Executivo do CGEN. Os presentes não se opuseram, tendo em vista a importância desta discussão, considerando que já havia um encaminhamento do Plenário do CGEN desde a penúltima reunião ordinária para que a Câmara Temática tratasse desses procedimentos.

A elaboração do texto final da Deliberação ocupou grande parte do tempo da reunião, chegando-se à formatação final que deverá ser encaminhada à CONJUR para avaliação, antes que seja enviada a Plenário. O destaque da discussão foi a dúvida dos presentes em abrir o credenciamento às universidades, pelo menos nessa fase inicial do processo, embora todos

entendessem que a Medida Provisória permita este credenciamento. Esta dúvida deve ser levada a Plenário, embora a Câmara entendesse que, nesta fase do processo, fosse mais prudente limitar a abrangência do credenciamento às instituições de gestão ou de ensino e pesquisa, excluindo as universidades.

Outra dúvida a ser sanada remete à Deliberação sobre a escolha dos pareceristas entre os membros do Conselho, aprovada na última reunião, em 30 e 31-10. Já que esta nova situação (escolha de dois pareceristas entre os membros do Conselho para recomendar esta outra forma de credenciamento da instituição), possivelmente, não estava prevista, quando a Deliberação foi aprovada.

Por fim, foram passados informes gerais, confirmando a reunião conjunta (a pedido daquela Câmara) com a Câmara de Patrimônio Genético Mantido em Condições *Ex Situ*, dia 11-11, às 9:30 h, aqui, na sala 611 para tratar da autorização de acesso e de remessa, destacada que foi do Formulário de Solicitação de Autorização de Acesso e de Remessa. Outro tema que pode ser abordado é a discussão sobre o que fazer com o material depositado em sub-amostras.

Foi informada a disposição do Conselheiro Benedicto Fonseca, do Ministério das Relações Exteriores, para fazer a apresentação da participação brasileira nos pactos sobre biodiversidade; ele gostaria de fazer uma exposição para todos os Conselheiros, tendo em vista a importância e oportunidade do tema. Cabe agendar, tendo em vista disponibilidade de todos. Sobre os esclarecimentos sobre o Consentimento Prévio Fundamentado, com a Procuradora do GDF, Juliana Santilli, a Coordenadora das Câmaras, Ligia Camargo, acha mais oportuno que esta última fique para o próximo ano

A consulta feita à comunidade acadêmica pela Secretaria-Executiva foi encaminhada, mas, até agora, está sem resposta. Ficou agendada outra reunião exclusiva da Câmara para o dia 12-11.